



MAIO: MÊS DE LUTA E CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA

Especial analisa lutas e desafios atuais do movimento sindical

Foto: Paula Carrubba



Campanha Salarial 2024.

Símbolo de resistência histórica, o 1º de Maio segue atual diante dos desafios contemporâneos. Em entrevista exclusiva, o historiador Marcelo Badaró analisa o passado e projeta o futuro do movimento sindical diante da precarização, da informalidade e da necessidade de união para reconquistar direitos. O 1º de maio, em particular, é um dia de lembrança das lutas do passado e uma convocação para que os trabalhadores continuem buscando melhores condições de trabalho e vida.

Pág. 04

ARTIGO

Novos desafios

Frei Betto aponta desafios e caminhos para renovar a luta sindical

Pág. 02

MULHER

Machismo nas empresas

Trabalhadoras ainda enfrentam assédio, desigualdade e invisibilidade

Pág. 05

CULTURA

Cultura é Resistência

Expressão cultural fortalece a luta sindical e amplia a consciência e identidade de classe

Pág. 07



Sindicato no Congresso: resistência e ação

Em cenário de retrocessos, sindicatos intensificam atuação no Congresso para proteger direitos da classe trabalhadora

Com um Congresso conservador e dominado por interesses empresariais, os sindicatos enfrentam o desafio de barrar retrocessos já em curso desde governos anteriores e garantir direitos. Neuriberg Dias, diretor do DIAP, alerta para os impactos negativos de reformas como a Trabalhista e da Previdência, que aumentaram a precarização e desmontaram proteções da Constituição de 1988. A Reforma Administrativa segue em pauta, e a atuação sindical é essencial para mobilizar as bases e pressionar parlamentares. O SINPAF tem atuado fortemen-

te nesse cenário, com destaque para a criação da Frente Parlamentar em defesa da Embrapa e o acompanhamento de projetos que afetam diretamente os trabalhadores da base. Para o SINPAF, a defesa dos acordos coletivos e o diálogo com o Poder Executivo são estratégias fundamentais. A Agenda Legislativa de 2025, construída pelas centrais, prioriza temas como isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e proteção a trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos. Diante de um calendário apertado pelas eleições, unidade e mobilização serão decisivas para os avanços da classe trabalhadora.

Pág. 03

Entrevista: organizar e fortalecer

Diretora Técnica do Dieese fala dos desafios da classe trabalhadora

Para Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese, o Brasil vive um momento contraditório:

há avanços nas políticas públicas, mas a classe trabalhadora ainda enfrenta forte pressão da extrema-direita e do mercado financeiro. “Temos políticas que geram renda e empregos, mas a direita organizada e o sistema financeiro têm agendas anti-sindicais e anti-direitos trabalhistas”, alerta. Ela destaca que a alta dos juros agrava a precarização e ameaça o emprego formal. Para reagir, a nova geração de sindicalistas precisa fortalecer a organização de base, alcançar trabalhadores precários e disputar o debate público. “É preciso mobilizar todos os segmentos da classe trabalhadora e pressionar para reverter os ataques aos nossos direitos”, afirma.

Pág. 06

Seja filiado, faça a diferença!

JUNTOS, SOMOS A VOZ DA MUDANÇA!

Campanha de Filiação



COMUNICAÇÃO:

Sindicatos Online

Redes sociais ampliam o alcance, engajam e fortalecem a luta sindical

Pág. 08

EDITORIAL

Trajetória Sindical da classe trabalhadora



Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
Presidente Nacional do SINPAF

Omês de maio, historicamente marcado pelas lutas e conquistas da classe trabalhadora, nos convida à reflexão sobre a trajetória do movimento sindical no Brasil. Conquistas como jornada de trabalho reduzida, aposentadoria e direitos sociais não vieram por concessão, mas sim por organização, resistência e mobilização. O movimento sindical nasceu da urgência de enfrentar a exploração e transformar a realidade da classe trabalhadora. Essa história não pode ser esquecida — ela precisa ser reconhecida, valorizada e atualizada. Hoje, os desafios assumem novas formas, mas a essência do embate permanece a mesma: proteger os direitos diante das investidas do capital. A precarização do trabalho, o enfraquecimento da negociação coletiva e as ameaças à autonomia sindical seguem como pautas centrais a serem combatidas. Para enfrentá-las, é indispensável manter a combatividade que

”
Resgatar a memória das lutas é fundamental neste momento

sempre guiou nossa luta. Este jornal apresenta debates fundamentais sobre o papel do sindicato no Congresso Nacional, as estratégias contra a terceirização velada nas estatais, as dificuldades das mulheres no mundo do trabalho e o enfrentamento da extrema-direita no campo sindical, político e ideológico. Abordamos também a cultura como ferramenta de resistência e os desafios da atuação sindical no mundo digital, onde novas formas de exploração se somam às antigas. São temas que reforçam a urgência de articulação, formação e ação. Em tempos de disputa de narrativas e de ataques aos direitos conquistados, é fundamental resgatar a memória das lutas e reconhecer quem construiu esse legado. Cabe à nossa geração dar continuidade à história com coragem, consciência de classe e compromisso com a transformação social. O Spalhaphatos de maio chega para fortalecer a organização da base, estimular o pensamento crítico e lembrar que lutar vale a pena — ontem, hoje e sempre.

EXPEDIENTE

Presidente: Marcus Vinicius Sidoruk Vidal | **Vice-Presidente:** Pedro Melo | **Secretário-Geral:** Antonio Aparecido Guedes | **Administrativo-Financeiro e Suplente:** Antonio Aparecido Guedes e Elanderson Soares Lima | **Formação Sindical e Suplente:** Jorge Vidal e Maurício Castelo Branco | **Assuntos Jurídicos e Previdenciários:** Adilson Ferreira da Mota | **Divulgação e Imprensa e Suplente:** Antônio Marcos Pereira e Jean Kleber Silva | **Relações Institucionais:** José Vicente Magalhães | **Ciência e Tecnologia:** Adilson Ferreira da Mota | **Políticas Sociais e Cidadania e Suplente:** Franciana Belaver e Ilmarina Menezes | **Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente:** Pedro de Souza Melo | **Mulher:** Sílvia Mara Belloni | **Regional Sul:** Felipe Pilger Regional | **Regional Sudeste:** Devanir dos Santos | **Regional Nordeste:** Antônio Marcos Pereira | **Regional Norte:** Michelliny Bentes | **Centro-Oeste:** Sílvia Mara Belloni

Auditoria Fiscal Nacional: Presidenta: Joana D'Arc Souza Bezerra | **Membros:** Nilo Sérgio Silva Dantas | Clésio Lacerda Morgado | Ildos Parizotto | Flávia Maria Pimentel Gomes | Marco Antônio Silva Pinto.

Equipe de Comunicação: Camila Bordinha e Gisliene Hesse
Projeto Gráfico e Edição: Vila Mundo

ARTIGO

Novos Desafios à Luta Sindical



Frei Betto

O movimento sindical passou por muitas mudanças nas últimas décadas. Uma delas foi o fim do imposto sindical obrigatório. Se, por um lado, a medida assegura mais autonomia ao movimento, por outro, reduz o caixa dos sindicatos e das Centrais, afetando sobretudo as grandes mobilizações. Como colocar 1 milhão de pessoas em uma manifestação de 1º de Maio sem recursos para alugar ônibus? A direita, à qual não faltam fortunas, em especial do agronegócio, hoje consegue mobilizar mais manifestantes do que os setores progressistas. Além disso, a direita nos supera nas trincheiras digitais. O movimento sindical ainda é tímido no uso da internet como ferramenta de luta. Não se pode atuar nessa área com improvisação amadora, nem permanecer meramente reativo. É preciso ser propositivo e utilizar adequadamente uma pedagogia de mídia que evite a comunicação baseada apenas em palavras de ordem e retórica esquerdista. A mídia sindical precisa ser mais atrativa e voltada à formação da consciência crítica, sem ceder à linguagem sectária. Penso que o maior desafio é retomar a formação de no-

”
Movimento sindical tem passado por grandes mudanças

vos militantes sindicais, como se fazia na época da Oposição Sindical e nas décadas de 1980-1990. Já não dispomos de uma escola de formação como o Instituto Cajamar, outrora um re-duto adequado à capacitação de militantes sindicais, partidários, pastorais e de movimentos sociais.

Ora, a direita promove a deseducação política do povo 24 horas por dia. Se não nos equiparmos para fazer educação crítica e participativa, perdemos cada vez mais espaço, enfraqueceremos as lutas sindicais e correremos o risco de ver a estrutura sindical voltar às mãos de pelegos e carreiristas, meramente interessados nas benesses garantidas por ela. É preciso tirar Paulo Freire das prateleiras e voltar a aplicar sua pedagogia libertadora em atividades de formação sindical. Na última década, o perfil da classe trabalhadora sofreu mudanças radicais. A informatização esgarça os vínculos presenciais, isola as pessoas em suas bolhas digitais, facilita o trabalho online e cria a ilusão de uma independência voltada ao empreendedorismo. Tudo isso precisa ser detalhadamente analisado na mídia sindical e nos cursos de formação de militantes, de modo a identificar o que há de avanço nesses processos, como bem utilizar as ferramentas digitais e o que há de cooptação dirigida pelas Big Techs, além de como evitar o tecnofeudalismo, como bem denuncia o livro de Yanis Varoufakis.

Enfim, se o movimento sindical não revisar seus métodos para se situar e atuar na nova conjuntura, ele progressivamente perderá força. E, para se garantir como estrutura de representatividade, é preciso assumir uma postura política crítica e progressista, mas sem se partidariar e, muito menos, se profissionalizar.

Em minha opinião, todo movimento sindical deve ser anticapitalista e se empenhar na busca de um modelo de sociedade que supere as causas da desigualdade social. No entanto, não pode estar atrelado a este ou aquele partido político, sob pena de estreitar seu poder de representatividade e mobilização.

Frei Betto é escritor, autor de Por uma educação crítica e participativa (Rocco), entre outros livros. Livraria virtual: freibetto.org

O Papel do Sindicato no Congresso Nacional: Defesa de Direitos em Tempos de Retrocessos



Jornada do SINPAF Contra a Terceirização - 2024.

Diante de um Congresso Nacional com maioria conservadora e empresarial, os sindicatos enfrentam grandes desafios para proteger e ampliar os direitos das pessoas trabalhadoras. Para Neuriberg Dias, diretor do DIAP, reformas recentes como a do Teto de Gastos (EC 95), Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da Previdência (EC 103/2019) desestruturaram proteções históricas e aumentaram a precarização do trabalho. “Essas mudanças desmontam o pacto social construído na Constituição de 1988 e projetam um futuro de mais desigualdade”, alerta.

Mesmo com a mudança de governo, o Congresso continua sendo um campo de batalha. A Reforma Administrativa (PEC 32/2020), por exemplo, ainda ameaça os serviços públicos e seus trabalhadores. Nesse cenário, a ação sindical se torna essencial. Neuriberg destaca que o movimento sindical deve se manter vigilante, participar ativamente das discussões legislativas e mobilizar suas bases para pressionar parlamentares. “A disputa pelo orçamento do Estado é constante e exige presença ativa no Congresso”, afirma.

No caso do SINPAF, essa presença já é realidade. Segundo Zeca Magalhães, diretor de Relações Institucionais do sin-

”
Mesmo com a mudança de governo, o Congresso continua sendo um campo de batalha

dicato, a entidade tem se destacado na defesa da Embrapa como empresa pública estratégica, por meio da criação da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Embrapa. Além disso, acompanha projetos como o que trata da contagem de tempo interrompida durante a pandemia, que impacta diretamente benefícios como anuênios e quinquênios. O sindicato também monitora propostas que ameaçam desvirtuar o caráter público das empresas da base, abrindo caminho para a terceirização.

“Temos conversado com parlamentares e o Executivo para defender os direitos conquistados, inclusive os garantidos nos Acordos Coletivos de Trabalho, que hoje são nossa

principal ferramenta de proteção”, afirma Zeca.

Para 2025, a Agenda Legislativa da Classe Trabalhadora, organizada pelo DIAP e pelas centrais sindicais, definirá prioridades como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, redução da jornada 6x1, regulamentação da inteligência artificial, proteção a trabalhadores de aplicativos e fortalecimento da negociação coletiva.

Frente a um ambiente político instável e a um calendário legislativo encurtado pelas eleições, a unidade do movimento sindical, a articulação política e a mobilização das bases serão determinantes para defender direitos e construir avanços sociais.

PROJETO	PROPOSITOR	CONTEÚDO
Projeto de lei (PL) 1.087/2025	Poder Executivo / Governo Federal	Quem recebe até R\$ 5 mil por mês não pagará o imposto — que também será cobrado em valor reduzido para quem ganha até R\$ 7 mil mensais, beneficiando mais de 90 milhões de brasileiros.
Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2025	Erika Hilton - PSOL/SP, Delegada Adriana Accorsi - PT/GO, Túlio Gadêlha - REDE/PE e outros.	Dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.
Ratificação da Convenção 190.	Poder Executivo / Governo Federal	A Convenção 190 representa um importante marco no reconhecimento da violência e do assédio no ambiente de trabalho como violações fundamentais dos direitos humanos.
Decreto (11.669/2023), com o objetivo é regulamentar a Convenção 151.	Poder Executivo / Governo Federal	Fortalecimento da negociação coletiva para trabalhadores e servidores públicos
PL 2338/2023 - Marco Regulatório da inteligência Artificial.	Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)	Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil.
Resolução Nº 24 de 2023, Senado Federal.	Senador Nelsinho Trad - PSD /MS	Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Reforma Administrativa (PEC 32/20)	Poder Executivo [Governo Bolsonaro]	Traz dispositivos que fragilizam o serviço público, como o fim da estabilidade, a flexibilização de salários e a ampliação da terceirização, dentre outras mudanças.

Fonte: Congresso Nacional

MAIO: Mês de Luta e Conquista para a Classe Trabalhadora

Apesar das vitórias, movimento sindical enfrenta grandes desafios



forte apelo por justiça social e direitos trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1943, representa um dos maiores marcos dessa luta, unificando diversas conquistas trabalhistas, como a jornada de trabalho de 8 horas, férias, 13º salário, e regulamentação do trabalho feminino e infantil.

Desafios e Caminhos para o Futuro

Apesar dessas vitórias, o movimento sindical enfrenta desafios consideráveis. A precarização do trabalho, a reforma trabalhista de 2017 e o cenário econômico atual exigem que o movimento sindical se reinvente. O enfraquecimento das leis trabalhistas, com a flexibilização de direitos como jornada de trabalho e férias, colocou os trabalhadores em uma posição vulnerável. A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, permitiu a legalização de contratos intermitentes e enfraqueceu a negociação coletiva, dificultando a manutenção dos direitos conquistados com tanto esforço.

O Olhar de um Historiador

Para entender melhor a importância de maio e do movimento sindical, conversamos com o historiador e professor Marcelo Badaró, especialista em história do trabalho e autor de diversas obras sobre a classe trabalhadora.

“Maio sempre foi um mês de reflexão e de luta. A origem histórica da data, com os protestos de 1886 em Chicago, nos ensina que as vitórias nunca vêm sem resistência”, comenta o professor, que leciona no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). “A principal lição que o 1º de Maio pode transmitir às gerações atuais é que a luta unificada é a chave para conquistar direitos. Se hoje os trabalhadores enfrentam novos desafios, é preciso que se unifiquem em torno de pautas comuns”, reforça o historiador.

Sobre o contexto atual, o professor destaca os desafios enfrentados pelos trabalhadores

Foto: Camila Bordinha



Campanha Salarial 2023

brasileiros: “Hoje, o movimento sindical está fragmentado e enfraquecido. Muitos trabalhadores estão no setor informal, sem representação sindical. A reforma trabalhista de 2017 contribuiu para isso, criando um ambiente no qual os direitos dos trabalhadores estão ainda mais vulneráveis”, analisa.

Ele também aborda a importância da educação sobre a história do movimento sindical, afirmando que “conhecer as lutas do passado e as condições atuais é essencial para que possamos fortalecer as bases de um sindicalismo representativo e eficaz.”

Os Desafios Contemporâneos e a Luta pela Redefinição de Direitos

Ainda que as vitórias do passado tenham sido significativas, o movimento sindical não pode descansar. A crescente informalidade no mercado de trabalho e a falta de legislação adequada para proteger trabalhadores informais colocam novas questões à frente das lutas sindicais. Badaró sugere que a luta pela redução da jornada de trabalho, como a extinção do modelo 6x1, representa um exemplo de pauta capaz de unir diferentes setores da classe trabalhadora. “A recuperação de direitos fundamentais e a ampliação da participação dos trabalhadores nas negociações são vitais para o fortalecimento do movimento”, conclui.

O Legado das Conquistas e a Luta Pela Frente

O mês de maio é um símbolo das vitórias do passado e das lutas que ainda precisam ser travadas. No Brasil, o legado das grandes vitórias trabalhistas precisa ser defendido e fortalecido. À medida que o cenário muda e surgem novas formas de precarização do trabalho, o movimento sindical deve se adaptar para garantir que os direitos dos trabalhadores não sejam desmantelados. Assim, a luta por melhores condições de trabalho e vida, que começou no século XIX, segue firme, com o mesmo espírito de resistência e união que caracterizou o movimento desde sua origem.



Marcelo Badaró
é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e autor de livros como *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil* (Expressão Popular, 2009) e *A classe trabalhadora, de Marx ao nosso tempo* (Boitempo, 2019).

Mulheres Trabalhadoras: mudanças para garantia de direitos



Marcha das Margaridas, Brasília-DF (2023)



”

O trabalho produtivo, associado aos homens, é reconhecido. Já o trabalho reprodutivo e de cuidados, que recai sobre as mulheres, é invisibilizado

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, as mulheres trabalhadoras ainda enfrentam uma série de desafios estruturais que comprometem sua dignidade, segurança e igualdade no mundo do trabalho. Entre violência, discriminação salarial e barreiras à progressão profissional, o cenário atual exige ações concretas para garantir direitos que, embora assegurados na teoria, seguem sendo negados na prática.

Segundo a professora e secretária da Mulher da Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Distrito Federal (CUT-DF), Thaísa Borges de Magalhães, a atual conjuntura política e econômica é marcada por uma contradição: “Estamos em um momento dialético. Apesar de termos retomado o debate sobre políticas para mulheres com um governo mais progressista, o Congresso Nacional é extremamente conservador e impede avanços concretos.” Para ela, esse desequilíbrio tem dificultado a regulamentação de medidas fundamentais, como a Lei da Igualdade Salarial e a Convenção 190 da OIT, que trata da eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.

Nesse cenário, o assédio, tanto moral quanto sexual, segue sendo uma realidade cotidiana para muitas mulheres. A advogada Alda Bayma, mestre em Direito e especialista em Famílias e Sucessões, aponta que a Lei 14.457/2022 trouxe avanços ao exigir das empre-

sas ações de prevenção, como a inclusão do tema nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), a criação de canais de denúncia e treinamentos sobre diversidade. No entanto, ainda são necessárias melhorias significativas. “É preciso ampliar a legislação para incluir todas as formas de assédio, garantir canais seguros e anônimos de denúncia e estabelecer parcerias com entidades que ofereçam apoio psicológico e jurídico às vítimas”, defende.

Além da violência, a desigualdade salarial permanece como uma das faces mais perversas da discriminação de gênero no trabalho. Thaísa alerta que o problema está na forma como a sociedade valoriza o trabalho. “O trabalho produtivo, associado aos homens, é reconhecido. Já o trabalho reprodutivo e de cuidados, que recai sobre as mulheres, é invisibilizado. Isso gera uma sobrecarga que impede as mulheres de progredir nas carreiras e acessar cargos de liderança, mesmo quando são mais qualificadas.”

Essa sobrecarga inclui a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado com filhos, idosos e tarefas domésticas — uma lógica sustentada por um Estado que se exime de oferecer serviços públicos adequados. “É o Estado Mínimo que empurra para as mulheres tarefas que deveriam ser coletivas, como o cuidado com a saúde e a educação. E essa desigualdade impacta diretamente na progressão profissional”, reforça Thaísa.

Alda destaca que a legislação precisa avançar no apoio à maternidade e na conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares. “Ainda enfrentamos desigualdade salarial, estereótipos de gênero, assédio e falta de credibilidade. São entraves que precisam ser combatidos com políticas públicas robustas e inclusivas.”

Outro ponto crítico é a baixa presença de mulheres em cargos de decisão, tanto em empresas quanto nos próprios sindicatos. “Os sindicatos só vão priorizar as pautas das mulheres quando elas estiverem nos espaços de decisão, não apenas como cota, mas com voz ativa”, afirma Thaísa. Ela exemplifica: “São as mulheres que lembram que é preciso discutir saúde menstrual, direitos na gestação e proteção contra assédio nas negociações coletivas. Se não estamos nesses espaços, essas pautas simplesmente não entram.”

Como caminho para mudanças reais, ambas as entrevistadas apontam a necessidade de ações estruturais. Alda defende treinamentos sobre preconceitos de gênero, programas de mentoria, recrutamento inclusivo e avaliações de riscos psicossociais nas empresas. Thaísa enfatiza o papel estratégico dos sindicatos na criação de canais de denúncia protegidos, formações permanentes para identificar assédios e assessoria jurídica especializada.

Por fim, garantir os direitos das mulheres trabalhadoras não é apenas uma questão de justiça social, mas também de responsabilidade coletiva. É preciso romper com a lógica da misoginia estrutural, valorizar o trabalho feminino em todas as suas dimensões e construir uma sociedade em que as mulheres possam viver, trabalhar e liderar com liberdade, segurança e igualdade.

Desafios da Luta de Classes

A classe trabalhadora vive momentos de mudanças e grandes desafios. Diante deles, os sindicatos tem um papel fundamental para garantir direitos. Sobre esses temas, SPALHAPHATOS conversou com a socióloga, doutoranda em sociologia do trabalho e diretora técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Adriana Marcolino. Ela tem larga experiência nas áreas de sociologia e ciência política com ênfase nas temáticas relacionadas ao mundo do trabalho e movimentos sociais.

”

O sistema econômico, a direita e a extrema-direita têm uma agenda que é anti-direitos trabalhistas



SPALHAPHATOS – Como você avalia a atual conjuntura política e econômica do Brasil em relação à classe trabalhadora?

Adriana Marcolino – Eu avalio que a conjuntura política e econômica do Brasil em relação à Classe Trabalhadora está, evidentemente, melhor do que a gente viveu no período anterior à 2023. No entanto, a gente tem grandes desafios. O Governo Federal, apesar de estar desenvolvendo políticas econômicas, sociais, que são relevantes para a Classe Trabalhadora, porque ou melhoram renda ou têm a possibilidade de gerar mais empregos formais, ou porque está investindo em infraestrutura econômica e social, ou ainda num processo de reindustrialização que pode gerar empregos de melhor qualidade. Então, esses são elementos que indicam um caminho positivo para a trajetória econômica do País. No entanto a gente tem, por outro lado, uma direita e extrema-direita bastante organizada, um mercado financeiro que, com as desregulações de Estado que ocorreram de 2016 até 2022, tem maior facilidade de interferir na conjuntura, tanto econômica quanto política, e que atuam em bandeiras que são negativas para a Classe Trabalhadora. E é importante dizer também que, tanto o sistema econômico quanto a

direita e extrema-direita têm uma agenda que é anti-direitos sindicais e trabalhistas. Então é uma conjuntura difícil, positiva por um lado, mas bastante difícil por outro.

Quais setores da economia têm sido mais afetados pelas mudanças nas políticas econômicas, como isso impacta a classe trabalhadora e quais são os principais riscos para os direitos dos trabalhistas?

Em um País onde a gente tem um governo que está buscando organizar políticas de desenvolvimento econômico-social e de outro uma direita e extrema-direita e um sistema financeiro muito fortalecido, que têm uma agenda contrária a esse desenvolvimento econômico e social, a gente esbarra em uma dificuldade de impor uma agenda mais acelerada, que recupere rendimentos, empregos de qualidade e direitos. Eu acho que, de um modo geral, os trabalhadores estão sendo impactados porque a ideia do sistema financeiro, por exemplo, é que a gente entre em uma desaceleração da economia, aumentando juros. E quando a gente desacelera a economia, tem-se um aumento do desemprego e da precarização do trabalho. Então o conjunto dos trabalhadores pode ser afetado se a gente não conseguir enfren-

tar esses seguimentos. Então, eu acho que, dos riscos aos direitos trabalhistas, o principal agora é o emprego formal, considerando que a alta dos juros já tem impactado negativamente a ocupação no mercado de trabalho.

Qual o papel das novas gerações de sindicalistas na luta por direitos no atual cenário político e econômico?

Eu acho que a nova geração de sindicalistas tem que ter uma ação de organização na base ainda maior. A gente tem visto como os mecanismos da extrema direita e da desinformação têm atingido as bases sindicais de trabalhadoras e trabalhadores. E isso só se combate com mais organização e maior acesso aos locais de trabalho. E os sindicatos, hoje, têm que olhar para a sua base de representação, mas também devem procurar estabelecer diálogo com aqueles trabalhadores que não têm uma organização coletiva estruturada que são, particularmente, os setores que hoje estão na informalidade ou com contratos precários. A gente sabe, por exemplo, que no setor público existe, hoje, uma gama de contratos diferentes do estatutário. Então, precisamos procurar organizá-los, trazê-los para a organização sindical de modo que possamos reverter situações de precarização nas quais esses trabalhadores se encontram. Do ponto de vista mais

”

Dos riscos aos direitos trabalhistas, o principal agora é o emprego formal

geral, a gente tem uma disputa aberta na sociedade sobre quem fica com o fundo público (o sistema financeiro, as elites) e todo esse debate da política fiscal, que é diariamente destacado na mídia como um problema. É como se o Estado poder ofertar serviços de qualidade fosse um problema. Por isso os sindicatos precisam também atuar nesse debate, que, na verdade, tem de fundo a discussão de quem fica com os recursos públicos.

Na sua visão, como os sindicatos podem atuar de forma eficaz para proteger os direitos dos trabalhadores?

Eu acho que um dos pontos eu já abordei na pergunta anterior, que é poder dialogar com todos os trabalhadores que estão em uma determina base sindical, independentemente do tipo de contratação. Hoje, no setor público, por exemplo, a gente tem estatutário, temporário, consultor, aprendiz, existe uma gama diversa de situações que impõem diferentes demandas da Classe Trabalhadora. Como eles estão fragmentados em situações diversas, também têm pautas distintas. E como é que a gente possa olhar para todas essas pautas, organize e mobilize todos esses segmentos da Classe Trabalhadora, de modo a produzir o fortalecimento da ação sindical e reverter as situações de precarização em que eles se encontram.

Para finalizar, qual é a mensagem que você deixaria para os trabalhadores e suas representações sindicais nesse momento?

A mensagem que eu gostaria de deixar para os trabalhadores e suas representações sindicais é que nós estamos num momento em que é fundamental a organização de base. É ela que pode dar condição da gente reverter os ataques que a Classe Trabalhadora tem sofrido em relação aos seus direitos. Para os trabalhadores essa organização é fundamental porque, caso contrário, vai ser muito difícil da gente avançar nos direitos de modo virtuoso e robusto. Então, organização de base e no local de trabalho, o debate contínuo é o principal elemento que pode fazer a gente pressionar para reverter as conquistas que os setores que são contra os direitos da Classe Trabalhadora têm conseguido implementar no País.

Cultura de Luta e Resistência no Movimento Sindical



”

Uma produção cultural que se atente e entenda as bases, que seja empática e comprometida com a formação das mesmas é primordial

O movimento sindical é, por essência, um agente de transformação social, sempre buscando melhorar as condições de trabalho e garantir os direitos dos trabalhadores. No entanto, há uma ferramenta poderosa que muitas vezes é subutilizada nesse contexto: a cultura. A integração da cultura no movimento sindical pode ser uma estratégia eficaz de resistência, identidade e empoderamento das classes trabalhadoras. A cultura, com sua capacidade de sensibilizar e transformar, pode fortalecer a luta sindical, tornando-a mais expressiva, criativa e visível.

A cultura tem um papel transformador em todas as esferas da sociedade, e no movimento sindical não seria diferente. Meire D'Origem, artista multifacetada e militante da cultura, destaca o potencial da arte como ferramenta de resistência: “Acredito no poder de transformação da arte e cultura em todas as esferas da sociedade, assim como acredito na luta sindical, feito por trabalhadoras e trabalhadores, que constroem esse país todos os dias e merecem ter respeitado seu direito à arte, à cultura, ao ócio criativo.” Ela afirma que a arte tem o poder de ensinar, sensibilizar e empoderar, e que ela é uma memória viva de um povo. Sem memória, um povo repete os mesmos erros do passado. Portanto, ao integrar a arte e a cultura nas práticas sindicais, os trabalhadores não só preservam sua memória histórica, mas também se armam com novas formas de luta.

De acordo com Meire, os sindicatos ainda não exploram plenamente as potencialidades culturais para fortalecer a identidade de classe. Ela menciona que, em sua cidade, embora haja algumas ações pontuais, como o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Ciência e Tecnologia (SINDCT) a um programa cultural semanal, não há uma aplicação mais ampla e sistemática da cultura nos sindicatos. A entrevistada sugere que os sindicatos poderiam investir em iniciativas como cursos culturais, oficinas e eventos que valorizem a cultura local e popular, criando espaços de formação e expressão para os trabalhadores. Isso não só enriqueceria a identidade de classe, mas também promoveria um ambiente mais saudável e engajado, impactando diretamente na produtividade e no bem-estar dos trabalhadores.

A produção cultural no âmbito sindical pode servir como uma poderosa forma de visibilidade para as lutas dos trabalhadores, ajudando a construir uma narrativa de resistência. Meire destaca a importância de a cultura ser empática, comprome-

tida com as necessidades e realidades dos trabalhadores, para que, assim, possa efetivamente contribuir para uma transformação social. Para ela, a cultura de massa frequentemente apaga as lutas e silencia as dores dos trabalhadores, tornando essencial a criação de narrativas próprias e autênticas.

Além disso, as plataformas digitais têm se mostrado instrumentos eficazes para ampliar o impacto cultural no movimento sindical. Meire D'Origem, à frente do SindiCT na Cultura, um braço do sindicato, ressalta o poder das redes sociais e da internet para dar visibilidade às questões trabalhistas e culturais. O sindicato utiliza o Instagram e o YouTube para exibir programas culturais que abordam temas como arte, cultura e movimentos sociais, promovendo uma conexão mais profunda com os trabalhadores. As plataformas digitais permitem que os trabalhadores, muitas vezes cansados e com pouco tempo disponível, acessem conteúdos relevantes que incentivam o engajamento nas lutas por seus direitos.

Em resumo, a cultura é uma ferramenta poderosa que pode enriquecer e fortalecer o movimento sindical, tornando-o mais dinâmico e inclusivo. Ao investir na produção cultural e no apoio à expressão artística, os sindicatos podem criar espaços de empoderamento e resistência, ampliando a identidade de classe e fomentando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Meire D'Origem, como ela mesma se define, é mãe, artista multifacetada, cantora, MC, apresentadora, produtora e agitadora cultural. Na cultura Hip Hop soma mais de duas décadas. integrante dos coletivos: TRILUNA, GT Mulheres da Cultura, Resistência Preta e a Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop, é apresentadora do SindiCT na Cultura, viabilizado pelo Sindicato de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial em São José dos Campos. Estudante de Jornalismo.



Fortalecimento das lutas com as redes sociais

No contexto atual, as redes sociais e plataformas digitais têm se consolidado como ferramentas poderosas para os movimentos sindicais, permitindo que sindicatos se conectem diretamente com os trabalhadores de maneira mais eficiente e ágil. Em entrevista com Ricardo Andrade, jornalista do Sindicato dos Bancários de São Paulo e criador da página “Sindicato dos Memes”, ele compartilha suas perspectivas sobre como essas ferramentas podem ser usadas para fortalecer a luta sindical e engajar os trabalhadores na defesa de seus direitos.

Redes Sociais como Aliadas

Ricardo Andrade destaca a importância das plataformas digitais para ampliar o alcance das ações sindicais. “As redes sociais e plataformas digitais rompem barreiras geográficas e temporais, permitindo que um evento, como uma palestra com um advogado do sindicato, seja assistido por trabalhadores em qualquer lugar do país. A instantaneidade e a interatividade dessas plataformas são suas maiores vantagens”, explica. A comunicação online, além de ser mais acessível, permite uma comunicação bidirecional entre sindicatos e trabalhadores, estreitando os laços e facilitando a participação ativa dos membros nas atividades e campanhas sindicais.

Engajar e sensibilizar

No que diz respeito ao engajamento, Andrade afirma que os sindicatos devem evoluir de um modelo de comunicação unidirecional para um diálogo real com os trabalhadores. “É fun-

damental criar canais nos quais os trabalhadores possam enviar suas dúvidas, denúncias e reclamações de forma rápida e eficaz, utilizando plataformas como WhatsApp e e-mail. Isso aproxima o sindicato da base e fortalece a confiança mútua”, ressalta.

Ao sensibilizar o público, ele alerta que a mensagem precisa ser adaptada para o público-alvo. “É importante entender que nem sempre o argumento mais óbvio é o mais impactante para o público que se deseja atingir. Ao abordar questões como a regulamentação das redes sociais, é preciso mostrar como isso afeta diretamente a vida das pessoas, como a proteção de crianças e adolescentes na internet”, comenta.

Combater narrativas

Uma das maiores dificuldades dos sindicatos nas plataformas digitais é combater as narrativas negativas que enfraquecem a imagem do movimento sindical. Andrade acredita que, embora uma comunicação explicativa e pedagógica sobre o papel dos sindicatos seja necessária, ela sozinha não basta. “Não podemos ter a ilusão de que a comunicação nas redes sociais resolverá todos os problemas. O sindicato precisa estar presente de forma efetiva e visível, com ações concretas que corroborem o que é dito online”, afirma.

Ele também faz uma crítica à falta de trabalho de base em alguns sindicatos, apontando que a falta de contato direto com os trabalhadores prejudica a credibilidade do movimento. “Se o sindicato diz estar presente, mas o trabalhador nunca vê um dirigente em ação, a comunicação digital perde eficácia”, enfatiza.

Entretenimento que conscientiza

Plataformas como YouTube, TikTok e Instagram, que são populares entre o público jovem, oferecem uma excelente oportunidade para os sindicatos se humanizarem e se aproximarem dos trabalhadores. “Os dirigentes que compartilham um pouco da rotina sindical e das dificuldades do dia a dia conseguem quebrar o estigma de que são distantes da realidade dos trabalhadores”, afirma Andrade.

Ele cita como exemplo as boas práticas de líderes como Igor Dias (@igorlsdias) e Jucelino Jr. (@jucelino_junior13), que utilizam o Instagram para mostrar suas atividades, combinando conteúdo informativo com momentos pessoais. Segundo ele, nem todos os dirigentes precisam adotar essa abordagem, mas é uma forma eficaz de criar um vínculo mais próximo com a base.

Desafios e Superação

Andrade destaca dois grandes desafios enfrentados pelos sindicatos na comunicação digital: a falta de profissionalização e a resistência de alguns dirigentes em se tornarem agentes ativos da comunicação. “Muitos sindicatos ainda não compreendem que a comunicação atual exige uma equipe profissionalizada, com jornalistas, designers gráficos e social medias. Investir nisso é fundamental para uma comunicação mais impactante”, aponta.

Além disso, ele reforça a importância dos dirigentes também se engajarem na comunicação. “Os dirigentes precisam utilizar suas próprias redes

sociais e grupos de WhatsApp para espalhar a mensagem do sindicato. Isso aumenta a capilaridade da comunicação e garante que a mensagem chegue mais longe”, explica.

Futuro da Comunicação Sindical

Ricardo Andrade acredita que, com as estratégias certas, as plataformas digitais podem ser poderosas aliadas na luta sindical. No entanto, ele alerta que o sucesso depende não apenas de uma comunicação eficaz, mas também de ações concretas que demonstrem o compromisso do sindicato com os trabalhadores. A profissionalização da comunicação e a participação ativa dos dirigentes são fundamentais para garantir que as narrativas antisindicalistas sejam combatidas de forma eficaz e que os trabalhadores se sintam cada vez mais próximos de suas entidades.

Ricardo Andrade é jornalista do Sindicato dos Bancários de São Paulo, mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela PUC-Campinas, criador da página “Sindicato dos Memes” e autor do livro *Midiatização do Sindicalismo: Da porta de fábrica à conexão em tempo real, que será lançado nas próximas semanas.*

